

Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri

Isadora Rodrigues Pinheiro

**ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ALUNADO SURDO:
Desafios da Prática Docente**

IPAMERI

2021

Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri

Isadora Rodrigues Pinheiro

**ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ALUNADO SURDO:
Desafios da Prática Docente**

Trabalho de Conclusão de Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri.

Orientador (a): Uiara Vaz Jordão

IPAMERI

2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

Pe

Pinheiro, Isadora Rodrigues

Ensino de História para o Alunado Surdo: Desafios da Prática Docente / Isadora Rodrigues Pinheiro; orientadora Uiara Vaz Jordão. -- Ipameri, 2021.

13 p.

TCC (Graduação em Especialização em Formação de Professores e Práticas Educativas) -- Instituto Federal Goiano, Campus Ipameri, 2021.

1. Educação de Surdos. 2. Ensino - Aprendizagem.
3. Ensino de História. I. Jordão, Uiara Vaz, orient.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 4/2021 - NAPNE-IPA/CENS-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INOVAÇÃO

ATA Nº/03

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

No dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas e trinta minutos, via Meet, sob a presidência da Professora Ma. Uiara Vaz Jordão, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora de Defesa do Trabalho de Curso da aluna ISADORA RODRIGUES PINHEIRO, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas, visando à obtenção do título de Graduada. A banca constituída pelos professores: Uiara Vaz Jordão (orientadora) e presidente, Maria de Lourdes Vaz Jordão (Externo) e Rhennan Lázaro de Paulo Lima foi indicada pela aluna, com anuência da Coordenação do Curso. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca e a candidata, das normas que regem a defesa de Trabalho de Curso. A seguir, a aluna passou à defesa de seu trabalho intitulado: ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ALUNADO SURDO - DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE. Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento. Apuradas as notas verificou-se que a aluna foi APROVADA, com a nota 9,3. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, em 21 de outubro de 2021.

ISADORA RODRIGUES PINHEIRO

Aluna - Assinado Eletronicamente

UIARA VAZ JORDÃO

Orientadora - Assinado Eletronicamente

MARIA DE LOURDES VAZ JORDÃO
Membro externo - Assinado Eletronicamente

Membro interno - RHENNAN LÁZARO DE PAULO LIMA
Assinado Eletronicamente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria de Lourdes Vaz Jordão, Maria de Lourdes Vaz Jordão - 2321 - PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO - Prefeitura Municipal de Ipameri (1)**, em 03/11/2021 16:51:21.
- **Isadora Rodrigues Pinheiro, 2019212302360480 - Discente**, em 27/10/2021 06:43:08.
- **Rhennan Lazaro de Paulo Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 22/10/2021 10:30:23.
- **Uiara Vaz Jordao, TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS**, em 21/10/2021 19:45:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321458
Código de Autenticação: 7f4af3ca43



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Avançado Ipameri
Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000
(64) 3491-8400

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

Tese Artigo Científico
 Dissertação Capítulo de Livro
 Monografia – Especialização Livro
 TCC - Graduação Trabalho Apresentado em Evento
 Produto Técnico e Educacional - Tipo:

Nome Completo do Autor: Isadora Rodrigues Pinheiro

Matrícula: 2019212302360480

Título do Trabalho: Ensino de História para o Alunado Surdo: Desafios da Prática Docente

Restrições de Acesso ao DocumentoDocumento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 20/11/2021

O documento está sujeito a registro de patente? Sim NãoO documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apolado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri, 20/11/2021.

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Ensino de História para o Alunado Surdo: Desafios da Prática Docente¹

Isadora Rodrigues Pinheiro²

Uiara Vaz Jordão³

RESUMO

Este estudo, realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, aponta reflexões concernentes às práticas pedagógicas voltadas para o público surdo enquanto discentes da disciplina de História. Com o propósito de compreender o contexto do ensino de História para alunos surdos e encontrar sugestões metodológicas que facilitem este processo de ensino-aprendizagem foi realizada uma análise bibliográfica. Para tanto, foi levado em consideração a história da educação de surdos no Brasil, as leis vigentes sobre o tema e as observações feitas por pesquisadores como Perlin (2002), Sacks (2005), Santos (2018), Verri e Alegro (2006), bem como as propostas pedagógicas elencadas por Lulkin (2009), Caimi (2015), Lourenço (2015) e Azevedo e Mattos (2017). Destacam-se a dificuldade dos professores em transmitir os conceitos pertinentes da disciplina de história para a Língua Brasileira de Sinais e os malefícios da aula expositiva. Conclui-se que há a necessidade do uso de aulas e recursos diversificados para o Ensino de História ser estimulante para os surdos, mas poucas discussões sobre o tema foram feitas e escassas sugestões de metodologias foram compartilhadas por pesquisadores da área, deixando assim os professores despreparados para a prática de uma didática eficiente.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Ensino-aprendizagem. Ensino de História.

ABSTRACT

This study, carried out through a qualitative research, points out reflections concerning the pedagogical practices aimed at the deaf public as students of the discipline of History. In order to understand the context of History teaching for deaf students and find methodological suggestions that facilitate this teaching-learning process, a bibliographical analysis was carried out. Therefore, the history of deaf education in Brazil, the current laws on the subject and the observations made by researchers such as Perlin (2002), Sacks (2005), Santos (2018), Verri and Alegro (2006) were taken into account., as well as the pedagogical proposals listed by the studied authors. The difficulty of teachers in transmitting the relevant concepts of the discipline of history to the Brazilian Sign Language and the harms of the lectures stand out. It is concluded that there is a need for the use of diversified classes and resources for the Teaching of History to be stimulating for the deaf, but few discussions on the subject were held and few suggestions for methodologies were shared by researchers in the area, thus leaving teachers unprepared for the practice of efficient didactics.

Keywords: Deaf Education. Teaching-learning. History teaching.

¹ Artigo apresentado como conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri, em outubro de 2021.

² Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás e discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri, em 2021.

³ Mestre em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos, Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais no Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri e Orientadora do Programa de Pós - Graduação em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri.

1 – INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental assegurado a todo indivíduo pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O artigo 53 do ECA afirma que: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” Nesse sentido, o acesso ao ensino deve ser igual para todos. No entanto, a quantidade de surdos na sala de aula é, ainda limitada. Segundo Romildo (2019), um estudo realizado em 2019 pelo Instituto Locomotiva em conjunto com a Semana da Acessibilidade Surda aponta que 46% das pessoas surdas têm ensino fundamental completo. Além disso, o estudo indica ainda que, quanto maior o nível de ensino menor a porcentagem de pessoas surdas que o concluem, alcançando apenas 7% de pessoas que possuem o ensino superior completo.

Os motivos para essa pequena participação não se restringem apenas ao quesito biológico. Os escritos de Perlin (2002) e Sacks (2005) sobre a história da educação de surdos descreve dificuldades, lutas, conquistas e alguns retrocessos na busca do direito à educação por parte das pessoas surdas. De acordo com Santos (2018) muitos desses desafios são causados por fatores sociais e mesmo que hoje existem leis brasileiras a favor dos sujeitos surdos, na prática nem todos ainda encontram respeito e acolhimento nas escolas e na sociedade. Pois, em espaço escolar, alguns professores não possuem habilidades para lidar com as singularidades do estudante surdo e, na maioria das vezes, dão aulas que priorizam somente os alunos ouvintes.

Uma outra questão que desperta a atenção e norteará esta pesquisa é a complexidade do ensino de história para sujeitos surdos. O ensino da disciplina de História se consolidou pela leitura de textos didáticos ou exposição do conteúdo, mas esse método de ensino compromete em alto grau a aprendizagem de estudantes surdos.

Com base nesta perspectiva, o objetivo deste artigo é compreender, à luz de alguns estudos já produzidos, o processo de aprendizagem dos estudantes surdos, e em especial, no desenvolvimento de conteúdos da disciplina de História. Também será trabalhado a divulgação de algumas metodologias que podem contribuir para a transmissão do conteúdo desta disciplina ao aluno surdo.

Interessei por este tema, porque, para mim, todo professor de História deveria ter interesse pela causa inclusiva (em especial dos surdos) e deveria também: compreender a

história da educação dos surdos, conhecer as singularidades do aluno surdo e utilizar essa luta como conteúdo na sala de aula. Assim, o povo surdo teria mais apoio para continuar batalhando por direitos e respeito e os discentes considerados ouvintes adquiririam consciência de que uma pessoa surda não é inferior, apenas utiliza um canal de comunicação diferente e, desta forma, iniciar uma inclusão de verdade.

Entretanto, antes de fazer a reflexão acerca do trabalho realizado pelos professores para ensinar conteúdos históricos para estudantes surdos, será feita uma breve contextualização sobre a surdez, a história da educação dos surdos e o ensino da disciplina de História para surdos.

1.1 – Considerações sobre a surdez

Segundo Lulkin (2009), a visão da sociedade sobre a surdez ao longo do tempo sempre foi marcada por preconceito. Sacks (2005, p.15) assegura que somos ignorantes quanto à surdez e essa incompreensão é notável. A verdade é que o indivíduo dotado de identidade surda, geralmente, é considerado incapaz e deficiente. E compreender as peculiaridades do ser surdo é delicado, visto que, a sociedade é majoritariamente ouvinte.

Os termos mais usados ao se referir a uma pessoa com surdez são: surdo, deficiente auditivo, surdo-mudo, mudo e “mudinho”. As três últimas definições estão atrasadas, pois surdos não são mudos do ponto de vista biológico. Essa constatação pode ser feita em virtude da capacidade que o surdo possui para emitir sons e inclusive a voz.

Já a expressão “deficiente auditivo” é usada com mais frequência pela área da saúde para diferenciar os graus da perda auditiva. Sendo a surdez o nível mais profundo desse tipo de redução. Segundo Coutinho (2018):

“Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva” (COUTINHO, 2018, p.26).

Enquanto o Decreto 5.626/05, considera “pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais” (BRASIL, 2005).

Em rápidas palavras, a deficiência auditiva descreve a perda gradual de audição e é dividida em quatro graus, sendo eles: deficiência leve, moderada, severa e profunda. Enquanto, os níveis leve e moderado não dificultam o desenvolvimento da fala, o indivíduo considerado surdo possui a perda total da audição e faz uso da Libras.

Essa ausência de capacidade auditiva pode acontecer por vários fatores. Segundo Santos (2018), as justificativas mais comuns para a surdez são: doenças, má formação, detalhes genéticos, má alimentação, questões tóxicas ou mecânicas. Elas podem acontecer na gestação ou em qualquer fase da vida e são a prova de que uma pessoa pode nascer surda ou adquirir a surdez ao longo da vida.

1.2 – Breve panorama da história da educação de surdos no mundo

Neste tópico será apresentado elementos históricos da educação dos surdos, mas antes é preciso ressaltar que esta história por muitas vezes foi apagada e hoje não é contada por seus protagonistas. Como aponta Perlin (2002), a história da educação dos surdos sempre foi contada por pessoas ouvintes. Esse fato contribui para que muitos surdos se aceitem como deficientes e incapazes.

O primeiro marco da história da educação de surdos aconteceu no século XVI quando iniciaram os movimentos para educar os surdos. Antes disso, a pessoa surda era vista como não-educável. De acordo com Sales, Sales e Silva (2012), durante a Antiguidade, o sujeito surdo não era educado e nem atendido, considerando suas especificidades. Por ser visto como um não-humano, era motivo de abandono e perseguição. Na Idade Média, com o início do cristianismo, o surdo passou a ser digno de tolerância e caridade.

Girolamo Cardano (1579) foi o primeiro a declarar que a surdez era apenas uma barreira e não uma questão mental que atrapalhava a aprendizagem. Outro nome importante para a educação dos surdos foi o espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584), o primeiro professor de surdos. Usando o alfabeto manual denominado de datilologia, a escrita e a oralização, ele fundou uma escola de professores surdos.

A língua de sinais, que é tão importante para os alunos surdos atualmente, foi utilizada pela primeira vez pelo francês Charles Michel De l'Épée, durante o século XVIII. Contudo, o marco principal da história dos surdos foi o Congresso de Milão (Itália) em 1880, mas ele não foi favorável aos surdos.

Conforme Sacks (1998, apud Sales, Sales e Silva 2012):

“Os próprios professores surdos foram excluídos da votação, o oralismo saiu vencedor e o uso da língua de sinais foi “oficialmente” abolido. Os alunos surdos foram proibidos de usar sua própria língua “natural” e, dali por diante, forçados a aprender, o melhor que pudessem, a (para eles) “artificial” língua falada. E talvez isso seja condizente com o espírito da época, seu arrogante senso da ciência como poder, de comandar a natureza e nunca se dobrar a ela” (SACKS, 1998, *apud* Sales, Sales e Silva 2012, p.39).

Por quase cem anos a língua de sinais não pode ser usada nas salas de aulas. E ao longo da história da educação dos surdos foram criadas quatro concepções de ensino, isto é, o método oralista, a comunicação total, o método bilíngue e a pedagogia surda.

A metodologia oralista surgiu no Congresso de Milão e busca desenvolver a fala do educando, pois acredita que o aluno precisa ser curado para conseguir se comunicar. Para atingir tal objetivo a língua de sinais foi proibida e as técnicas utilizadas são: o treinamento auditivo, o desenvolvimento da fala e a leitura labial.

A Comunicação Total foi idealizada em 1968 e busca resgatar a comunicação dos surdos, mas lida com estratégias gestuais apenas para colaborar com o desenvolvimento oral, ou seja, “[...] a Comunicação Total não está em oposição à utilização da língua oral, mas apresenta-se como um sistema de comunicação complementar” (MARCHESI, 1995, apud KALATAI e STREICHEN, 2012, p.7). Mas, este sistema de ensino não foi satisfatório, pois emprega duas línguas distintas simultaneamente.

Os surdos adquirem conhecimento através do canal visual. Sabendo disso Lacerda (1998) defende o método bilíngue. Para ela:

“O bilinguismo contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal viso gestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional; por isso advoga que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se ‘misture’ uma com a outra” (LACERDA 1998 p.10).

O bilinguismo surgiu de reivindicações dos surdos e se tornou a abordagem mais acessível ao aluno surdo por empregar duas línguas no contexto escolar, isto é, recorre a língua de sinais e a língua oficial do país na modalidade escrita. Esse método permite que o indivíduo surdo perca o medo e desenvolva sua identidade mesmo em contato com pessoas diferentes.

Já a Pedagogia Surda propõe que professores que possuem perda auditiva ensinem alunos surdos. Por atender todas as especificidades do surdo e defender aulas de Libras

ministradas desde a pré-escola por um educador surdo, essa pedagogia é a mais desejada pelo povo surdo. Contudo, não é a mais viável devido à baixa quantidade de professores surdos e intérpretes de Libras (MARCHESI,1995, apud KALATAI e STREICHEN, 2012).

Em meados do século XX a segregação e a exclusão começaram a se reduzir. Todavia, o termo inclusão só foi oficializado na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994.

No que se refere a documentos, a Declaração de Salamanca e a Declaração de Incheon (2015), na Coreia do Sul, são dois marcos importantes. A primeira definiu os princípios para a educação de surdos. A segunda garante que, para uma meta educacional ser atingida, ela precisa alcançar a todos.

1.3 - A educação dos surdos no Brasil

Em conformidade com Mori e Sander (2015), o marco da educação brasileira dos surdos data meados do século XIX. Momento em que Dom Pedro II convida o professor surdo francês Ernest Huet para fundar uma escola para surdos no Brasil. Em 1857 é fundado o Imperial Instituto de Surdos – Mudos, no Rio de Janeiro e hoje é conhecido como INES. A língua de sinais utilizada na época foi a francesa, mas ao manter contato com os brasileiros aconteceu uma mistura de línguas fazendo nascer a língua brasileira de sinais, conhecida atualmente como Libras. Mesmo o instituto sendo ponto de referência, Huet deixou o trabalho em 1861.

Sales, Sales e Silva (2012) abordam que só em 1934 a constituição vigente abordou a educação como direitos de todos e recomendou assistência aos necessitados. Nos anos 1950, surgiram instituições privadas e filantrópicas para ajudar as crianças deficientes, pois naquele período as instituições especializadas eram poucas. Já as políticas públicas com este tipo de enfoque só foram criadas na década de 60. Na década de 1980, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) passou a ser referência em políticas públicas para a comunidade surda.

No decorrer das três décadas 30, 40 e 50, a concepção de ensino que estava no auge era o Oralismo. Durante essa época, os surdos sofreram muitos castigos para não se expressarem por gestos. Tantas punições ocasionaram em surdos analfabetos e sem convívio social. Para

Sacks (1998), essa tentativa forçada de fazer os surdos falarem e/ou curarem a surdez não funcionou.

O uso da Comunicação Total também não serviu. A melhor escolha foi a bilíngue pois favorecia o desenvolvimento do portador de surdez e minimizava os efeitos das concepções usadas anteriormente.

O início do novo milênio contribuiu muito para as lutas dos surdos. Conforme Mori e Sander (2015, p.11-12), “a primeira lei que merece ser mencionada, a qual se refere à educação de todas as pessoas com deficiência, é a de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000”. Através de suas normas, a acessibilidade de pessoas com deficiência é promovida. Inclusive é afirmado no artigo 18: “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guia intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação”.

Em 24 de abril de 2002 foi sancionada a Lei 10.436 que ficou conhecida como Lei de Libras. Através dela a Língua Brasileira de Sinais passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão que deveria ser difundido na sociedade. Outro documento brasileiro importante para o surdo, e já mencionado anteriormente, é o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, além de regulamentar a Lei de Libras de 2002, oficializa a Libras como segunda língua oficial do país, e orienta para que ela seja trabalhada nas escolas e universidades.

Em 2008 foi elaborado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, cujo objetivo pode ser entendido como a garantia do acesso à educação por parte da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação quanto a aprendizagem do aluno em questão. A fim de alcançar este objetivo, o documento assegura atendimento educacional especializado, formação de professores, participação da família e acessibilidade.

Em julho de 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, entendida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei da Inclusão. Em seu artigo 1º está escrito:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Outro documento marcante, e o mais recente, foi o Decreto nº10.502, de 30 de setembro de 2020. O documento trata da instituição da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida e para isso exige a participação da União, dos Estados e dos municípios na garantia dos direitos à educação e ao Atendimento Educacional Especializado aos estudantes com deficiência ou transtornos globais. Neste, grande parte, versava sobre a educação do surdo, mas, a partir de diversas representações, foi revogado em dezembro de 2021 por ser considerado um retrocesso no que versa sobre a educação das pessoas que tem outras deficiências.

2– Ponderações a respeito do ensino de História para alunos surdos e exemplificação de algumas metodologias

Com base nas particularidades do povo surdo, fica evidente que para ocorrer uma educação inclusiva é necessário alterações nas formas de ensino e no próprio sistema educacional. Entretanto, a maioria dos professores não tem formação específica sobre inclusão de alunos com deficiência, não dominam a língua de sinais e, a maioria dos profissionais, não conhecem a realidade e as especificidades destes estudantes. Essa questão dificulta a aprendizagem dos discentes surdos e impacta nas suas relações sociais.

A disciplina de História, especificamente, é uma matéria que envolve muitos conceitos, conceitos estes que podem não existir na língua de sinais. Para entender essa complexidade, Marques (1998, p.) aponta: “o ensino de história para o aluno surdo é muitas vezes muito complexo, necessita de uma compreensão da maneira como se sistematiza a aprendizagem e a aquisição dos conteúdos, utilizando-se de uma metodologia própria”.

Assim explicar as definições utilizando-se de aulas expositivas não é benéfico, mesmo que haja auxílio, a partir da tradução de um intérprete de Libras. É necessário explorar o campo visual do aluno com surdez e apoderar do seu conhecimento prévio para que ocorra associações. Todavia, para um professor sem formação, desmotivado e com carga horária de trabalho extensa esse serviço se torna desafiador.

Um professor de história ao receber aluno (s) surdo (s) em sua classe precisa refletir sobre a maneira como se dá a aprendizagem desse (s) educando (s) a fim de construir estratégias que facilitem o aprendizado de todos os estudantes. Como ensinar uma disciplina que ainda se apoia fundamentalmente em narrativas orais e em textos escritos para sujeitos usuários de uma

língua não verbal oralmente e que apresentam dificuldades na compreensão da Língua Portuguesa? Como os surdos leem o mundo a partir dos sentidos que não a audição? Quais recursos e estratégias podem ser utilizados capazes de mobilizar a aquisição de conhecimentos? Há especificidades no ensino de História que poderiam facilitar a aprendizagem dos alunos surdos? De que maneira deve se dar a relação com o intérprete de Libras e outros profissionais da escola que também atuam junto aos alunos surdos? Existem sinais para todos os conceitos de História? Estes são alguns questionamentos apontados por Santos (2018) que faz o educador pensar não só na flexibilização da didática, mas na necessidade de adequação de metodologias.

Trabalhar o imaginário com o aluno surdo, às vezes acarreta em distorcer a verdade histórica (BERNADELLI, 2000) acarretando no uso de conceitos genéricos e amplos para ensinar algum tema específico. Embora o educando surdo não tenha a audição como sentido facilitador para o entendimento do conteúdo histórico, o conhecimento prévio dele precisa ser apurado.

Ainda no que se refere ao docente, a educadora Flávia Caimi (2015) elenca três saberes necessário, sendo eles:

1) os saberes a ensinar, circunscritos na própria história, na historiografia, na epistemologia da história, dentre outros; 2) os saberes para ensinar, que dizem respeito, por exemplo, à docência, ao currículo, à didática, à cultura escolar; 3) os saberes do aprender, que se referem ao aluno, aos mecanismos da cognição, à formação do pensamento histórico etc. (CAIMI, 2015, p. 105).

Nesse sentido, Santos (2018) analisa a importância de um professor de história conhecer os conteúdos históricos, mas também dominar os saberes da prática docente e entender as peculiaridades dos alunos, incluindo as pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, o educador saberá que o educando surdo aprende melhor quando há a predominância de elementos visuais nas aulas e que a disciplina de História pode contribuir muito para que o surdo consiga ser protagonista da sua própria história.

Já Verri e Alegro (2006) abordam que a imagem contribui mais do que a fala e a escrita para que o discente surdo consiga compreender o conteúdo ministrado, pois a visão é, para a maioria dos surdos, mais aguçada que a oralidade. O professor precisa respeitar o modo dele escrever, caso as frases feitas não estejam em conformidade com a língua portuguesa padrão. Estas mudanças na escrita apenas mostram algumas dificuldades por ele apresentadas em relação a aquisição do português escrito. Nesse caso, a validade do texto se dará pela compreensão do que ele tentou dizer com aquelas poucas palavras na estrutura da frase escrita.

No que tange o uso de imagens, vale ressaltar que “Toda a pista visual pictográfica enriquece o conteúdo e estimula o hemisfério cerebral não – linguístico, tornando-se um recurso precioso de memorização para todos os alunos” (VERRI, ALEGRO, 2006). Além do mais, de acordo com Lourenço (2015) o uso da modalidade visuo - gestual na Libras faz com que as imagens sejam mais significativas para o surdo. Nesse sentido, ela expõe:

Representações imagéticas são materiais de melhor absorção educacional do que representações de forma escrita do português, pois a língua materna do sujeito surdo é a Libras na qual se caracteriza na modalidade visuo-gestual, onde a fala é representada por movimentos específicos denominados de sinais as quais as mãos executam, para assim interagir com o mundo a sua volta. (LOURENÇO, 2015)

Há também pesquisadores que sugerem a sequência didática como metodologia possível para o ensino de História em salas com alunos ouvintes e não ouvintes. De acordo com Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.97) sequência didática pode ser entendida como “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.”

Dentre estes pesquisadores, Azevedo e Mattos (2017) relatam a elaboração de duas sequências didáticas sobre rupturas históricas. Cada uma delas são compostas por uma parte pedagógica e uma propositiva. Neste exemplo, elas utilizam de recursos visuais e atividades simples para auxiliar na construção de conhecimento e no letramento do alunado surdo acerca do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que há a necessidade do uso de aulas e recursos diversificados para o Ensino de História ser estimulante para os surdos, mas poucas discussões sobre o tema foram feitas e escassas sugestões de metodologias foram compartilhadas por pesquisadores da área, deixando assim os professores despreparados para a prática de uma didática eficiente.

Contudo, esta análise elucida alguns elementos importantes sobre a temática. Um deles seria a utilização do uso de imagens para alcançar bons resultados em aulas com alunos ouvintes e não-ouvintes. Pois, os surdos são capazes de relacionar visualmente os elementos pertencentes ao processo histórico e assim desenvolverem habilidades ligadas ao raciocínio visual e à memória (NEVES, 2009). É importante também dar visibilidade ao público surdo, utilizar seu

conhecimento prévio, respeitar sua forma de comunicar e escrever e, ainda, estimular a aproximação do surdos com os ouvintes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Patricia Bastos de; MATTOS, Camilla Oliveira. **Ensino de história para alunos surdos**: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas. **PerCursos**, v. 18, n. 38, p. 112-133, 2017.

BERNARDELLI, Rosy M. C. **Experiência no ensino de História para alunos surdos**. 2000. Monografia (Especialização em Ensino de História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

_____. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CAIMI, Flávia Eloísa. O que precisa saber um professor de história? **História & Ensino**, v. 21, n. 2, p. 105-124, 2015.

COUTINHO, Amanda Carla da Silva. **A trajetória histórica da educação dos surdos no Brasil**: do império aos dias atuais. 2018.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e para o escrito: apresentação de um procedimento. In.: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. [Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro] Campinas, SP : Mercado de Letras, 2004, p. 95 – 128.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos**. Caderno Cedes, vol. 19, n 46. Campinas, 1998.

LOURENÇO, Werika Barbosa. **O recurso visual como instrumento facilitador na contação de história para surdos**. 2016.

MARQUES, Carlos Alberto. **Implicações Políticas da institucionalização da deficiência.** Educação & Sociedade, Campinas, vol.19, n.62, p.105- 122, abr. 1998.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá**, v. 2, 2015.

NEVES, Gabriele Vieira. Ensino de História para alunos surdos no Ensino Médio: desafios e possibilidades. In: **Congresso Nacional de Educação.** 2009. P. 7903-7912.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, 2006.

ROMILDO, José. País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudos. **Blog Agência Brasil.** Rio de Janeiro, 13 out. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/dxFr> . Acesso em 07 nov. 2021.

SALES, Elielson Ribeiro de; SALES, Adriane de Castro Menezes; SILVA, Francisco Hermes Santos. Deficiência e Educação: uma perspectiva histórica da educação de surdos. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 3,

SANTOS, Paulo José Assumpção dos. **Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas.** 2018. Dissertação de Mestrado. UFRJ.

SKLIAR, Carlos (org.). Abordagens socioantropológicas em educação especial. In: CECCIM, Ricardo Burg, LULKIN, Sérgio Andrés, BEYER, Hugo Otto, LOPES, Maura Corcini. **Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

VERRI, Célia Regina; ALEGRO, Regina Célia. Anotações sobre o processo de ensino e aprendizagem de história para alunos surdos. **Práxis Educacional**, v. 2, n. 2, p. 97-114, 2006.